



BIDB11
Relatório
Gerencial

Inter infra FIC	Trimestral
FI Infra Listado	2T26

Sobre o fundo

Objetivos

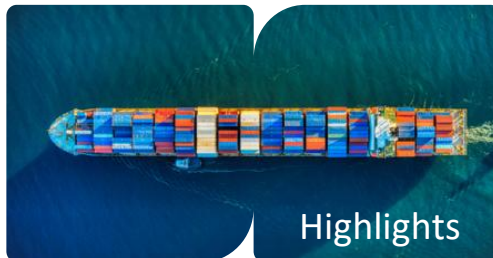
Fundo buscará uma rentabilidade alvo para as cotas que acompanhe os títulos do tesouro indexados à inflação com duration média (prazo médio ponderado) similar à da carteira do Fundo, acrescida de sobretaxa (spread) de 1% (um inteiro por cento) a 1,5% (um inteiro por cento e cinquenta centésimo por cento) ao ano, considerando as distribuições periódicas.

Tributação

Isenção de tributação nos rendimentos apenas para pessoas físicas. Pessoas jurídicas estão sujeitas à alíquota de 15% nos termos do art. 3º § 1º da Lei 12.431/2011

Características

Início do fundo: Setembro 2021
 Código B3: BIDB11
 Código ISIN: BRBIDBCTF001
 CNPJ: 42.294.971/0001-31
 Segmento: Infraestrutura
 Gestor: Inter Asset
 Administrador: Inter DTVM
 Público-alvo: Investidor em geral
 Taxa de administração: 0,80% a.a.
 Retorno-alvo: NTN-B 32 + 1%-1,5% a.a.
 Taxa de performance: Não há



Highlights

R\$194MM

Patrimônio
Líquido

12.078

Cotistas

5,0 Anos

Duration da carteira
de crédito²

56 Emissores

No portfólio²

IPCA+9,37%

Carrego da carteira
de crédito³

R\$77,79

Cota Patrimonial⁴

R\$1,00/cota

de Distribuição

1,26%

Yield mês⁵

R\$12,10/cota

de Distribuição nos
últimos 12 meses

15,27%

Yield 12 meses⁵

Disclaimer

Fonte: Inter Asset, Inter DTVM, B3

1 - Todas as informações se referem ao fechamento de junho, com data-base em 30/06/26.

2 - Referente ao portfólio dos fundos INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32 (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO) e INTER INFRA MASTER II FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO INCENTIVADO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA RF RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ 18.945.670/0001-46.

3 - Carrego da carteira de crédito do fundo Master.

4 - Valor sem dedução do montante a ser distribuído em Julho-2026.

5 - Yield calculado com base na cota de mercado no dia 30/06/26.

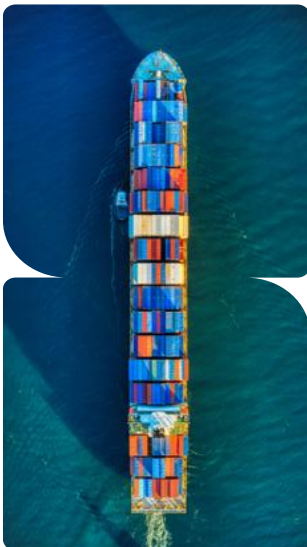
Comentários de gestão



Recentemente, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 140/2026, estabelecendo diretrizes para o ressarcimento dos efeitos do *curtailment* sofridos por geradores de energia renovável entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025. Apesar de não contemplar todos os pleitos apresentados pelo setor, a publicação da portaria foi vista como um avanço importante para o tema, reduzindo a insegurança regulatória e dos investidores.

O *curtailment* é o nome dado para o fenômeno em que usinas geradoras de energia são forçadas, pelo operador do sistema (ONS) e por questões sistêmicas, a reduzir a sua geração. O ONS define três tipos distintos de corte:

- Razões Elétricas ou indisponibilidade externa (REL): podem ocorrer devido à indisponibilidade de equipamentos externos à usina, por diversos motivos, desde problemas nas linhas de transmissão até falhas elétricas em equipamentos da subestação à qual a usina está conectada e/ou paradas para manutenção.
- Razões Energéticas (ENE): surgem quando a oferta de energia excede a demanda, resultando em um excesso de geração no balanço energético.
- Confiabilidade Elétrica (CNF): ocorrem devido à falta de confiabilidade da rede de transmissão. Em outras palavras, mesmo com toda a infraestrutura funcionando corretamente, os ativos de transformação e transmissão disponíveis não são suficientes para acomodar toda a energia gerada.



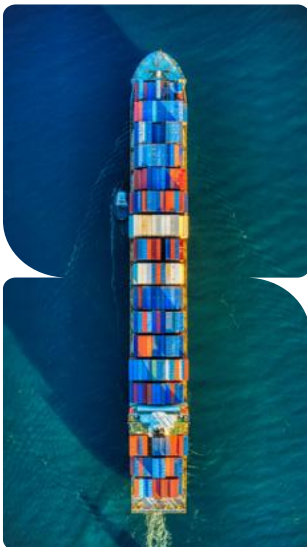
Anteriormente considerado um risco operacional residual, impulsionado pela expansão acelerada da geração eólica e solar sem o devido crescimento das linhas de transmissão, os cortes de geração aumentaram em frequência e intensidade desde o apagão ocorrido em agosto de 2023. Nesta data, uma falha no SIN (Sistema Interligado Nacional), levou a uma “separação elétrica” no sistema interligado, desconectando as regiões Norte e Nordeste do Sul e Sudeste. Desde então, o ONS passou a adotar uma operação mais conservadora do SIN, reduzindo as exportações de energia entre regiões e afetando significativamente os agentes de geração renovável, principalmente, na região Nordeste do Brasil.

Comentários de gestão



A Lei 15.269, sancionada em novembro de 2025, delimitou o escopo e o prazo dos ressarcimentos, mas deixou pendente a definição da metodologia de cálculo da energia não gerada e a referência econômica da indenização. De acordo com a regulamentação, ficou vedado a inclusão dos cortes por sobreoferta e por desconformidade técnica do próprio gerador, além de delimitar os ressarcimentos para o período entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025. Os cortes ocorridos após essa data dependerão de regulamentação definitiva, a ser construída pelo Ministério de Minas e Energia.

A resposta a essas indefinições veio com a publicação da Portaria Ministerial, que atribui ao ONS a responsabilidade de instaurar um novo procedimento para apurar, atualizar dados, classificar e possibilitar a contestação dos eventos. Nesse processo, o ONS deverá recalcular os acontecimentos em base horária, categorizando-os em uma das três classificações previstas. Assim, um evento que hoje conste na base como sobreoferta pode ser reclassificado se, após a revisão dos dados e das circunstâncias do corte, o ONS concluir que ele resultou de indisponibilidade externa, confiabilidade elétrica, ou ainda se houver cortes com diferentes classificações.



O preço adotado para a avaliação financeira dos impactos da restrição de geração variará conforme o tipo de contrato originalmente associado à geração restringida: no ACR (contratos regulados), considerar-se-ão os preços contratuais, enquanto no ACL (contratos do mercado livre) considerar-se-á o preço *spot* horário. O pagamento não ocorrerá por meio de depósito em conta das empresas. Na prática, a compensação será feita por meio de um encontro de contas: os créditos reconhecidos aos geradores serão abatidos diretamente dos valores que eles teriam de pagar na liquidação financeira da CCEE, por meio dos documentos contábeis emitidos pela câmara de comercialização.

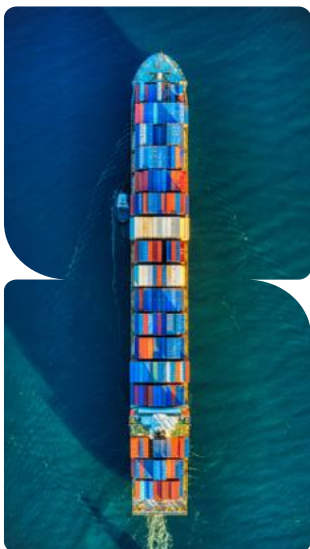
Comentários de gestão



Para aderir à regulamentação, os geradores terão que assinar um Termo de Compromisso com o Ministério de Minas e Energia, renunciando a qualquer pleito jurídico (nas esferas administrativa, arbitral ou judicial) futuro relacionado a eventuais ressarcimentos financeiros por impactos de *curtailment* sofridos no período estabelecido pela Portaria Ministerial. Em caso de discussões em ação coletiva, o gerador deverá apresentar uma renúncia individual e expressa e solicitar sua exclusão do grupo de agentes beneficiados pelas decisões do processo. No entanto, tal renúncia não abrange pleitos futuros relacionados a outros períodos.

Segundo estimativas da consultoria Volt Robotics, o valor potencial de compensação pode chegar a R\$ 2,7 bilhões, caso todos os geradores optem por aderir às condições previstas. As entidades que representam os setores eólico e solar (ABEEólica e Absolar) reforçaram que a decisão de adesão ainda não foi tomada por cada agente e questionaram (i) a não exclusão da geração distribuída e da geração térmica fora da ordem do mérito do cálculo da sobreoferta e (ii) a falta de critérios suficientemente claros para a classificação dos cortes entre as três modalidades.

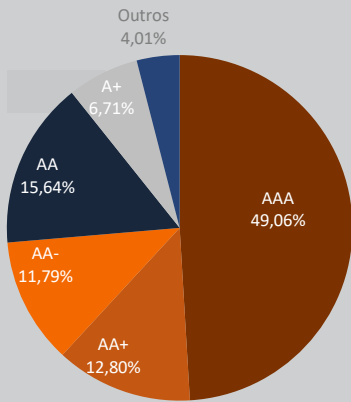
Seguiremos acompanhando com proximidade o desenvolver do tema, tanto na análise da efetiva eficácia da Portaria Ministerial quanto nas discussões e formulação da regulamentação definitiva e das soluções estruturantes para o assunto.



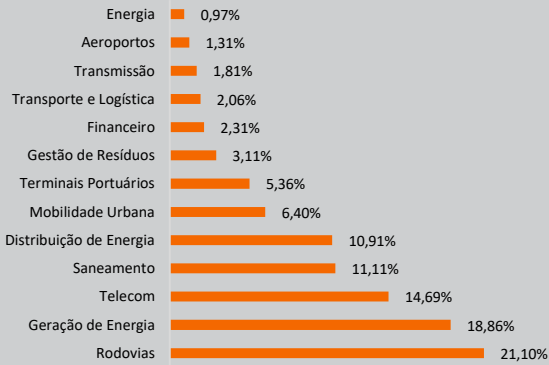
Composição do Fundo

Ticker	Emissor	Sector	Rating	12.431?	Volume (R\$MM)	Peso	Indexador	Duration	Spread NTN-B
AEAB11	AES Cajuína	Geração de Energia	AAA	Sim	3.737.372	1,93%	IPCA	7,32	0,27%
AESLA9	RGE Sul	Distribuição de Energia	AAA	Sim	3.148.247	1,62%	IPCA	6,17	-0,44%
AHGD13	Athon	Geração de Energia	AAA	Sim	1.783.290	0,92%	IPCA	5,72	0,39%
ALGT44	Algar	Telecom	AA	Sim	8.409.452	4,34%	IPCA	4,93	0,44%
AURP12	Auren Participações	Geração de Energia	AAA	Sim	2.158.253	1,11%	IPCA	6,01	-0,27%
ANET11	Americanet	Telecom	A+	Sim	1.229.391	0,63%	IPCA	1,29	9,95%
ANET12	Americanet	Telecom	A+	Sim	3.390.224	1,75%	IPCA	2,45	6,91%
APPSA2	Planalto Sul	Rodovias	AAA	Sim	3.133.160	1,62%	IPCA	3,33	0,09%
EQPA19	Equatorial Pará	Distribuição de Energia	AA+	Sim	1.086.181	0,56%	IPCA	6,77	-0,13%
ATHT11	Athon	Geração de Energia	AAA	Sim	1.611.180	0,83%	IPCA	5,71	0,39%
ATII12	Athon	Geração de Energia	AAA	Sim	1.940.574	1,00%	IPCA	5,71	0,40%
BARU11	Barueri	Gestão de Resíduos	AA-	Sim	3.119.461	1,61%	IPCA	7,65	-0,08%
BCPSA7	Claro	Telecom	AAA	Sim	3.054.873	1,58%	IPCA	6,41	-0,55%
CART13	CART	Rodovias	AA+	Sim	3.467.356	1,79%	IPCA	3,92	0,10%
CBAN32	Rota das Bandeiras	Rodovias	AAA	Sim	587.448	0,30%	IPCA	4,21	-0,51%
CBAN72	Rota das Bandeiras	Rodovias	AAA	Sim	2.518.363	1,30%	IPCA	4,21	-0,51%
CDES11	Vports	Terminais Portuários	AAA	Sim	1.894.562	0,98%	IPCA	6,42	-0,32%
CEAP17	CEA	Distribuição de Energia	AA+	Sim	2.436.053	1,26%	IPCA	6,38	-0,09%
CJEN13	TESC	Terminais Portuários	AA-	Sim	6.126.786	3,16%	IPCA	3,99	-0,60%
CLTM14	Via Mobilidade 8/9	Mobilidade Urbana	AA	Sim	4.822.475	2,49%	IPCA	5,64	0,68%
CSRNA4	Neoenergia Cosern	Distribuição de Energia	AAA	Sim	382.780	0,20%	IPCA	4,14	-0,38%
CRMG15	Nascentes das Gerais	Rodovias	AA+	Sim	714.863	0,37%	IPCA	2,41	-0,47%
CEEBE3	Neoenergia Coelba	Distribuição de Energia	AAA	Sim	1.290.840	0,67%	IPCA	4,06	-0,22%
CPJG18	CPFL Santa Cruz	Distribuição de Energia	AAA	Sim	1.981.816	1,02%	IPCA	6,57	-0,60%
EKTRA8	Neoenergia Elektro	Distribuição de Energia	AAA	Sim	685.513	0,35%	IPCA	4,15	-0,44%
CEPEA8	Neoenergia Pernambuco	Distribuição de Energia	AAA	Sim	687.637	0,35%	IPCA	4,06	-0,33%
MGPRAD	Metro Rio	Mobilidade Urbana	AAA	Sim	7.171.558	3,70%	IPCA	7,91	0,84%
DESK17	Desktop	Telecom	A+	Sim	2.110.239	1,09%	IPCA	3,41	-0,25%
EQPA18	Equatorial Pará	Distribuição de Energia	AA+	Sim	3.394.546	1,75%	IPCA	6,41	-0,08%
ELTN37	Elettronorte	Geração de Energia	AA+	Sim	5.442.881	2,81%	IPCA	6,63	-0,39%
ERDVC3	Ecorodovias	Rodovias	AAA	Sim	3.142.848	1,62%	IPCA	5,15	0,13%
ERDVA4	Ecorodovias	Rodovias	AAA	Sim	2.548.283	1,31%	IPCA	4,17	0,00%
ESSDA4	Energisa Sul-SE	Distribuição de Energia	AA+	Sim	5.339.937	2,75%	IPCA	6,10	-0,21%
ENTV13	Entrevias	Rodovias	AA+	Sim	2.304.170	1,19%	IPCA	6,03	-0,13%
FBR113	Fibril	Telecom	AAA	Sim	5.473.262	2,82%	IPCA	4,78	-0,93%
GTSAL1	Goiás Transmissora	Transmissão	AA	Não	3.397.535	1,75%	IPCA	3,27	1,18%
GSTS14	Águas de Teresina	Saneamento	AA	Sim	1.969.347	1,02%	IPCA	4,19	1,87%
HVSP11	Hélio Valgas	Geração de Energia	AAA	Sim	7.853.139	4,05%	IPCA	4,79	0,51%
HZTC14	Orizon	Gestão de Resíduos	AA+	Sim	2.709.596	1,40%	IPCA	4,17	-0,13%
IFPT11	Ifin Participações	Saneamento	AA	Não	5.373.857	2,77%	IPCA	7,18	0,09%
IRJS14	Iguá Rio de Janeiro	Saneamento	AAA	Sim	688.141	0,35%	IPCA	7,04	2,20%
IRJS15	Iguá Rio de Janeiro	Saneamento	AAA	Sim	5.164.101	2,66%	IPCA	5,82	2,24%
IVJAA0	Intervias	Rodovias	AAA	Sim	3.928.943	2,03%	IPCA	6,86	1,11%
NNAE12	Novo Norte	Aeroportos	AA	Sim	2.449.742	1,26%	IPCA	5,69	0,52%
POTE11	Potengi	Geração de Energia	AA+	Sim	1.452.531	0,75%	IPCA	6,02	0,52%
RMGG12	Ecovias Minas Goiás	Rodovias	AA+	Sim	2.159.466	1,11%	IPCA	5,49	0,59%
RUMOQ3	Rumo	Transporte e Logística	AAA	Sim	3.859.665	1,99%	IPCA	2,21	0,39%
UHSM12	UHE São Simão	Geração de Energia	AA+	Sim	363.048	0,19%	IPCA	6,85	-0,37%
RDVE11	RDVE	Geração de Energia	AA	Sim	4.058.109	2,09%	IPCA	4,79	-0,40%
AXIA18	Axia Energia	Energia	AAA	Sim	1.811.491	0,93%	IPCA	5,37	-0,50%
ITPE13	Águas de Itapema	Saneamento	AA	Sim	2.207.856	1,14%	IPCA	7,74	1,53%
SABP12	Rio Mais	Saneamento	AAA	Sim	5.402.879	2,79%	IPCA	6,38	2,89%
TEPA12	Brasil Tecpar	Telecom	A+	Sim	2.039.201	1,05%	IPCA	2,56	7,04%
TBCR18	Transbrasiliana	Rodovias	Sem Rating	Sim	2.481.228	1,28%	IPCA	2,55	7,74%
ULFT14	Ultrafertil	Terminais Portuários	AAA	Sim	2.012.530	1,04%	IPCA	6,40	-0,12%
VBMT12	MT 246	Rodovias	A+	Sim	1.984.211	1,02%	IPCA	6,09	1,62%
VERO12	Vero	Telecom	A+	Sim	1.815.665	0,94%	IPCA	1,81	12,64%
VIMT13	Via Brasil MT 320	Rodovias	BB	Sim	770.205	0,40%	IPCA	4,84	1,56%
VRDNI2	ViaRondon	Rodovias	AA-	Sim	9.779.154	5,04%	IPCA	3,77	0,49%
VSIH11	Ventos de São Jorge	Geração de Energia	AA-	Sim	2.989.851	1,54%	IPCA	1,07	1,67%
VERTL6	Âmbar	Geração de Energia	AAA	Não	1.935.166	1,00%	CDI	1,64	4,07%
DPGE2600WN	BRB	Financeiro	CCC+	Não	4.254.480	2,19%	CDI	0,60	1,66%
LF002400VWN	Agilbank	Financeiro	Não	Não	63.111	0,03%	CDI	0,38	1,52%
Compromissada	Tesouro Nacional	-	-	Soberano	266.619	0,14%	CDI	1,00	-
NTN-B35	Tesouro Nacional	-	-	Soberano	1.312.844	0,68%	CDI	6,80	-
NTN-B45	Tesouro Nacional	-	-	Soberano	5.060.580	2,61%	CDI	10,80	-
Total	-	-	-	-	193.940.487	100%	-	5,2 anos	0,93%

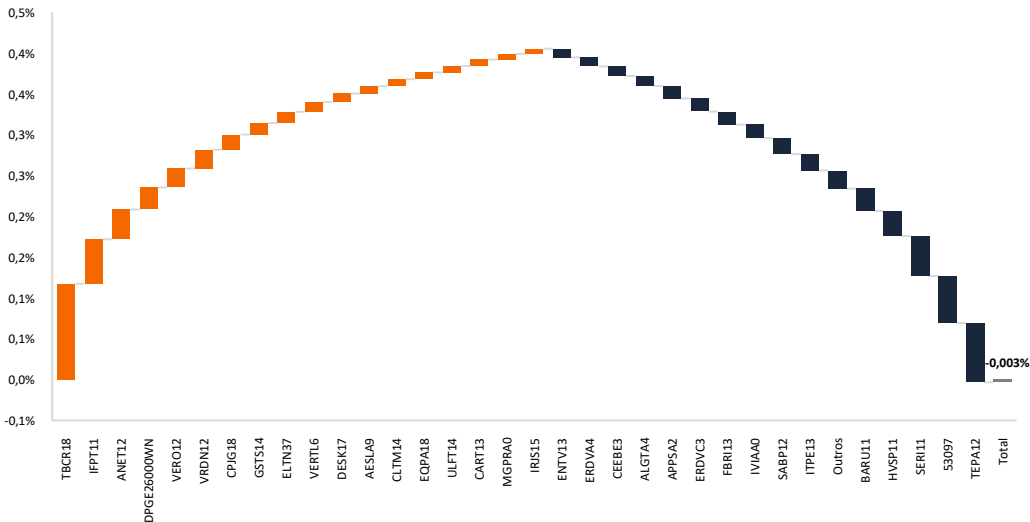
Distribuição por Rating



Distribuição por Setor



Atribuição de Performance



A atribuição mensal considera o resultado percentual em relação ao patrimônio líquido do início do mês segregando o efeito de cada ativo em (i) compra/venda de ativos; (ii) efeito curva; (iii) efeito spread; e (iv) efeito carregamento. O cálculo do efeito carregamento trava o carregamento do ativo em relação a marcação a mercado do fechamento do mês anterior.

Atribuição de Performance

Ativos	Impacto de negociação de ativos	Oscilação da curva de juros reais	Oscilação do spread de crédito	Carrego IPCA e juros reais s/ oscilação de crédito	Recebimento de cupom de juros	Total
TEPA12	0,000%	-0,014%	-0,075%	0,016%	0,000%	-0,072%
2045-05-15	0,000%	-0,087%	0,000%	0,029%	0,000%	-0,058%
SERI11	0,000%	-0,031%	-0,028%	0,010%	0,000%	-0,049%
HVSP11	0,000%	-0,079%	-0,002%	-0,225%	0,275%	-0,030%
BARU11	0,000%	-0,048%	0,002%	0,018%	0,000%	-0,028%
ITPE13	0,000%	-0,034%	0,000%	0,014%	0,000%	-0,020%
SABP12	0,000%	-0,066%	0,008%	0,038%	0,000%	-0,020%
IVIAA0	0,000%	-0,042%	0,000%	0,025%	0,000%	-0,017%
FBRI13	0,000%	-0,051%	0,005%	0,030%	0,000%	-0,016%
ERDVC3	0,000%	-0,032%	-0,003%	0,019%	0,000%	-0,016%
APPSA2	0,000%	-0,025%	-0,009%	0,019%	0,000%	-0,015%
ALGT4	0,000%	-0,081%	0,017%	0,052%	0,000%	-0,012%
CEEBE3	0,000%	-0,013%	-0,006%	0,007%	0,000%	-0,012%
ERDVA4	0,000%	-0,024%	-0,003%	-0,030%	0,045%	-0,011%
ENTV13	0,000%	-0,025%	0,001%	0,014%	0,000%	-0,011%
GTSA11	0,000%	-0,033%	0,000%	-0,150%	0,173%	-0,011%
2035-05-15	0,000%	-0,017%	0,000%	0,008%	0,000%	-0,010%
VBMT12	0,000%	-0,022%	0,001%	-0,030%	0,043%	-0,008%
CDES11	0,000%	-0,024%	0,005%	-0,026%	0,037%	-0,008%
NNAE12	0,000%	-0,026%	0,004%	-0,039%	0,054%	-0,007%
CBAN72	0,000%	-0,023%	0,002%	0,015%	0,000%	-0,006%
RMGG12	0,000%	-0,024%	0,005%	-0,053%	0,066%	-0,005%
CEPEA8	0,000%	-0,007%	-0,002%	0,004%	0,000%	-0,005%
AURP12	0,000%	-0,023%	0,007%	0,013%	0,000%	-0,004%
HZTC14	0,000%	-0,024%	0,006%	0,016%	0,000%	-0,002%
CBAN32	0,000%	-0,005%	0,000%	0,003%	0,000%	-0,001%
CJEN13	0,000%	-0,056%	0,013%	-0,215%	0,257%	-0,001%
UHSM12	0,000%	-0,005%	0,001%	0,002%	0,000%	-0,001%
ATII12	0,000%	-0,020%	0,007%	0,012%	0,000%	-0,001%
IRJS14	0,000%	-0,009%	0,004%	0,005%	0,000%	-0,001%
ATH11	0,000%	-0,016%	0,006%	0,010%	0,000%	-0,001%
EQPA19	0,000%	-0,014%	0,008%	-0,013%	0,020%	0,000%
AHGD13	0,000%	-0,018%	0,007%	0,011%	0,000%	0,000%
EKTRA8	0,000%	-0,006%	0,002%	0,004%	0,000%	0,000%
TEPA12	0,000%	-0,014%	-0,075%	0,016%	0,000%	-0,072%
2045-05-15	0,000%	-0,087%	0,000%	0,029%	0,000%	-0,058%

Atribuição de Performance

Ativos	Impacto de negociação de ativos	Oscilação da curva de juros reais	Oscilação do spread de crédito	Carrego IPCA e juros reais s/ oscilação de crédito	Recebimento de cupom de juros	Total
VIMT13	0,000%	-0,009%	0,004%	-0,016%	0,022%	0,000%
CSRNA4	0,000%	-0,003%	0,001%	0,002%	0,000%	0,000%
ESSDA4	0,000%	-0,058%	0,027%	0,031%	0,000%	0,000%
LF002400VWN	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%
AEAB11	0,000%	-0,056%	0,034%	-0,062%	0,085%	0,001%
RDVE11	0,000%	-0,038%	0,016%	0,023%	0,000%	0,001%
VSJH11	0,000%	-0,017%	-0,003%	0,022%	0,000%	0,001%
POTE11	0,000%	-0,017%	0,010%	-0,032%	0,041%	0,001%
CEAP17	0,000%	-0,031%	0,019%	-0,033%	0,047%	0,003%
AXIA18	0,000%	-0,019%	0,012%	0,010%	0,000%	0,003%
ANET11	0,000%	-0,005%	-0,003%	0,012%	0,000%	0,003%
RUMOA3	-0,001%	-0,010%	0,000%	0,014%	0,000%	0,003%
CRMG15	0,000%	-0,004%	0,005%	-0,058%	0,062%	0,005%
BCPSA7	0,000%	-0,037%	0,026%	0,017%	0,000%	0,006%
IRJS15	0,000%	-0,067%	0,038%	0,035%	0,000%	0,007%
MGPROA0	0,000%	-0,111%	0,074%	0,044%	0,000%	0,007%
CART13	0,000%	-0,020%	0,009%	-0,081%	0,100%	0,008%
ULFT14	0,000%	-0,024%	0,021%	0,012%	0,000%	0,008%
EQPA18	0,000%	-0,043%	0,031%	-0,045%	0,065%	0,008%
CLTM14	0,000%	-0,048%	0,027%	0,030%	0,000%	0,008%
AESLA9	0,000%	-0,035%	0,026%	0,018%	0,000%	0,009%
DESK17	0,000%	-0,017%	0,015%	-0,026%	0,039%	0,010%
VERTL6	0,000%	0,000%	0,000%	0,012%	0,000%	0,012%
ELTN37	0,000%	-0,068%	0,051%	0,031%	0,000%	0,014%
GSTS14	0,000%	0,003%	0,010%	0,001%	0,000%	0,014%
CPJG18	0,000%	0,021%	-0,006%	0,003%	0,000%	0,018%
Outros	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%	0,023%
VRDN12	0,000%	-0,083%	0,045%	-0,278%	0,340%	0,023%
VERO12	0,000%	-0,008%	0,012%	0,019%	0,000%	0,023%
DPGE26000WN	0,000%	0,000%	0,000%	0,027%	0,000%	0,027%
ANET12	0,000%	-0,021%	0,029%	0,029%	0,000%	0,036%
IFPT11	0,000%	-0,070%	0,031%	0,094%	0,000%	0,055%
TBCR18	0,000%	-0,019%	0,257%	-0,526%	0,406%	0,117%
Total	-0,002%	-1,942%	0,802%	-1,060%	2,176%	-0,003%

Demonstração de Resultado

	3T25	Out/25	Nov/25	Dez/25	4T25	2025	Jan/26	Fev/26	Mar/26	1T26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	2T26
Receitas	8.286.013,04	301.101,24	3.365.691,09	426.589,22	4.093.381,55	31.540.534,19	5.686.079,81	2.112.798,43	-2.117.921,07	5.680.957,17	-2.142.190,95	436.829,73	-51.215,45	-1.756.576,67
Ganho com carregio IPCA + juros reais	3.444.653,82	1.001.953,58	641.804,79	-179.949,72	1.463.808,65	9.174.771,50	1.215.849,35	2.617.217,77	2.037.014,44	5.870.081,56	1.760.756,55	1.937.329,59	-2.084.503,73	1.613.582,41
Ganho com recebimento de cupom de juros	3.683.785,13	1.569.346,37	1.398.710,85	2.785.960,00	5.754.017,22	19.743.490,11	1.378.693,30	-	1.135.687,78	2.514.381,08	1.136.560,64	1.326.807,13	4.278.042,92	6.741.410,69
Ganho (perda) com oscilação da curva de juros reais	-4.182.743,17	107.903,21	2.536.698,13	-1.137.678,79	1.506.922,55	505.762,49	61.727,12	1.538.184,51	-2.493.679,12	-893.767,49	322.378,02	-1.554.863,91	-3.817.993,69	-5.050.479,58
Ganho (perda) com fechamento (abertura) de spread	5.318.437,32	-2.372.262,18	-1.208.347,14	-1.041.742,28	-4.622.351,60	2.307.146,06	3.069.470,93	-1.982.180,35	-2.823.147,92	-1.735.857,33	-5.362.146,78	-1.270.543,12	1.576.748,35	-5.055.941,55
Ganho (perda) com negociação de ativos no secundário	21.879,93	-5.839,74	-3.175,54	-	-9.015,28	-190.635,98	-39.660,90	-60.423,50	26.203,75	-73.880,65	260,62	-1.899,95	-3.509,31	-5.148,64
Ajuste DAP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa	160.826,68	166.250,29	143.450,11	135.617,81	445.318,21	935.861,28	157.433,16	75.166,53	24.271,78	256.871,47	25.291,95	65.253,75	67.484,90	158.030,60
Resultado bruto	8.446.839,72	467.351,53	3.509.141,20	562.207,03	4.538.699,76	32.476.395,47	5.843.512,97	2.187.964,96	-2.093.649,29	5.937.828,64	-2.116.899,00	502.083,48	16.269,45	-1.598.546,07
Taxa de administração	-458.945,39	-160.932,09	-132.300,68	-152.241,92	-445.474,69	-1.756.234,53	-144.909,19	-125.468,54	-150.805,93	-421.183,66	-136.077,80	-132.466,66	-136.559,12	-405.103,58
Outras despesas	-125.092,10	-42.447,89	-39.305,82	-41.290,82	-123.044,53	-493.526,73	-38.906,40	-40.756,45	-35.906,01	-115.568,86	-35.730,87	-49.052,26	-40.929,15	-125.712,28
Repasse e despesas Follow On	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido	7.862.802,23	263.971,55	3.337.534,70	368.674,29	3.970.180,54	30.226.634,21	5.659.697,38	2.021.739,97	-2.280.361,23	5.401.076,12	-2.288.708	320.565	-161.218,82	-2.129.361,93
Quantidade de Cotas¹²	2.495.763	2.495.763	2.495.763	2.495.763	2.495.763	2.495.763	2.495.763	2.495.763	2.495.763	2.495.763	2.495.763	2.495.763	2.495.763	2.495.763
Resultado por Cota¹³	3,15	0,11	1,34	0,15	1,59	12,11	2,27	0,81	-0,91	2,16	-0,92	0,13	-0,06	-0,85

Cronograma de Rendimentos e Cota

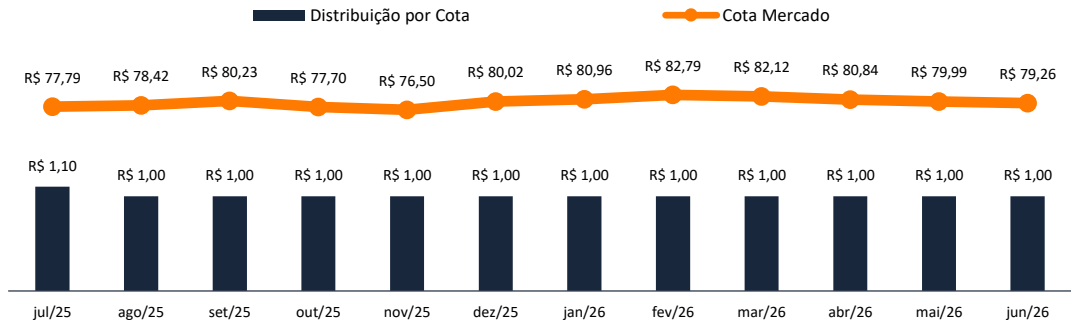
57ª Distribuição de Rendimentos

Referência	Junho
Data de anúncio	30/06/2026
Data de pagamento	14/07/2026
Distribuição por cota	R\$1,00
Cota de mercado no fechamento	R\$79,26
Dividend Yield Mês ⁵	1,26%

⁵Yield calculado com base na cota de mercado no fechamento do mês.

*De acordo com o Capítulo VIII do Regulamento do fundo Inter Infra FIC - BIDB11, o fundo incorpora todos os resultados em seu patrimônio líquido diário e, por isso, as distribuições de rendimentos aos cotistas serão feitas regularmente. A distribuição anunciada foi calculada a partir dos juros recebidos das debêntures incentivadas pelo fundo no mês, além da antecipação do pagamento da correção monetária da carteira de crédito pelo IPCA mensal. O gestor buscará realizar as distribuições periódicas mensalmente.

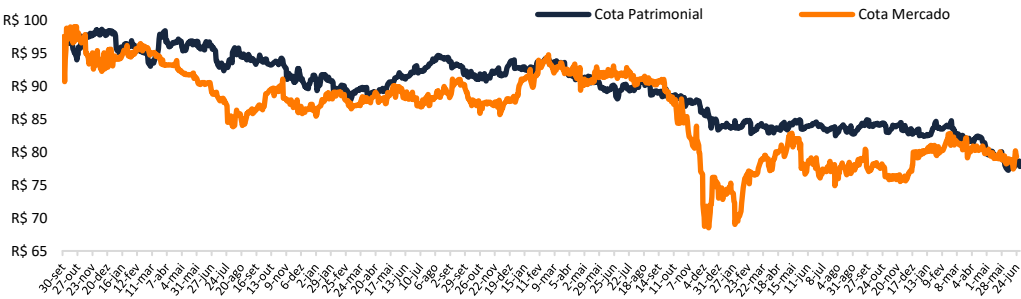
Histórico de Distribuição



Data-base: 30/06/26 | Fonte: B3 | Cota a valor de mercado no último dia útil do mês.

Mercado

Histórico da Cota Patrimonial vs Cota Mercado⁶



⁶Início das negociações do fundo: 06/10/2021.

Tabela de precificação

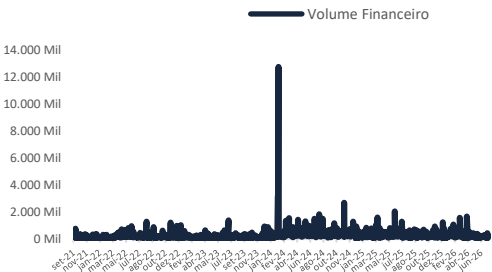
Líquida de Custos e Isenta de IR para PF⁷

Preço da Cota de Mercado	Taxa Equivalente (IPCA +)
R\$ 75,00	8,7438%
R\$ 76,00	8,5040%
R\$ 77,00	8,2678%
R\$ 78,00	8,0352%
R\$ 79,00	7,8061%
R\$ 80,00	7,5803%
R\$ 81,00	7,3578%
R\$ 82,00	7,1385%
R\$ 83,00	6,9223%
R\$ 84,00	6,7091%

Exercício considerando a cota patrimonial do fechamento.

Volume de Cotas Negociadas na B3

Líquida de Custos e Isenta de IR para PF⁷



⁷Exercício feito com base na carteira do INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO, que aloca seus recursos no INTER INFRA MASTER FIC INFRA RF CP (CNPJ 41.953.322/0001-32) e INTER INFRA MASTER II FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO INCENTIVADO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA RF RESPONSABILIDADE LIMITADA (CNPJ 18.945.670/0001-46).

Rentabilidade

Considerando as distribuições no período

R\$ 198 Milhões

Market Cap em 30/06/26

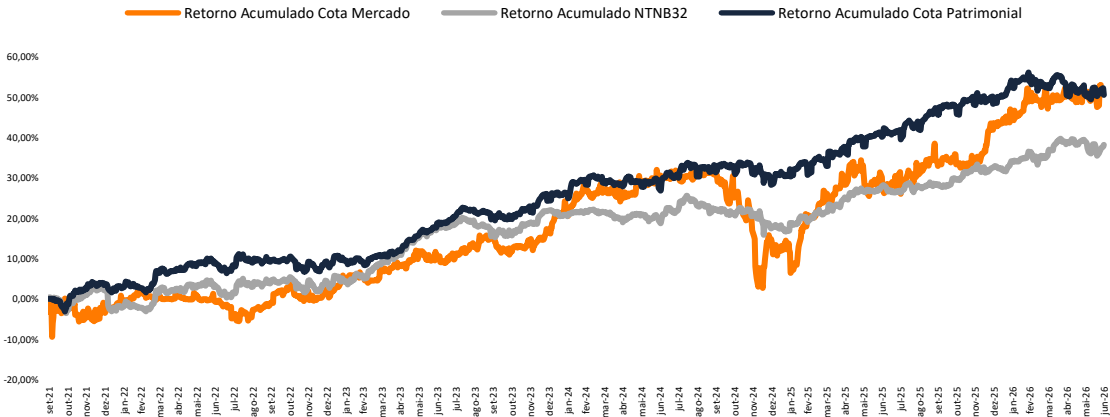
101,89%

P/VPA* em 30/06/26

* Cotas não ajustadas pelos rendimentos.

		41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52		
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO	ACUM. ¹
2026	Cota Patrimonial	2,77%	0,97%	-1,11%	-1,15%	0,15%	-0,09%							1,49%	50,62%
	Cota Mercado	2,42%	3,50%	0,40%	-0,34%	0,19%	0,34%							6,62%	53,05%
	NTNB-32	1,15%	1,66%	0,20%	1,62%	0,32%	-0,84%							4,17%	38,17%
2025	Cota Patrimonial	1,57%	0,29%	1,68%	2,50%	1,13%	1,72%	-0,44%	1,78%	2,53%	0,11%	1,62%	0,16%	15,62%	48,41%
	Cota Mercado	-1,80%	6,42%	4,84%	3,30%	2,51%	-3,24%	0,77%	2,10%	3,58%	-1,91%	-0,26%	5,91%	23,94%	43,55%
	NTNB-32	0,77%	0,51%	2,15%	2,93%	1,19%	1,02%	-1,29%	1,21%	0,37%	1,08%	1,97%	0,26%	12,80%	32,64%

* O rendimento da NTN-B 2030 foi considerado até o dia 04/01/2022 e a NTN-B 2032 a partir de 05/01/2022.



Com base na cota patrimonial ajustada, que considera a valorização dos ativos que compõem a carteira e incorpora os valores distribuídos no período, o BDB11 obteve uma rentabilidade superior a seu benchmark (NTN-B 2032) desde sua criação, há 58 meses.

Sendo o Inter Infra FIC um fundo listado em bolsa, o preço de negociação de sua cota de mercado é influenciado por condições mercadológicas (oferta e demanda) e pode não refletir, necessariamente, a qualidade da carteira de crédito (representada pela cota patrimonial). Por isso, a rentabilidade do fundo com base em sua cota de mercado pode não acompanhar a *benchmark*.

Data-base: 30/06/2026
12 Exercício feito usando a rentabilidade final somado às distribuições do INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO (BDB11) como base. Houve mudança na metodologia de cálculo: A distribuição passou a ser adicionada no terceiro dia útil de cada mês (data de impacto na cota patrimonial), e no último dia útil para a cota de mercado.

Descrição dos ativos



APPSA2

A Planalto Sul é uma concessão federal responsável pela operação de 412,7 km da rodovia BR116. A concessão engloba 17 municípios entre a capital paranaense até a divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Seu contrato foi assinado em fevereiro de 2008 e possui vigência de 25 anos, até fevereiro de 2033. A concessão é 100% controlada pelo grupo Arteris, uma das maiores empresas que operam rodovias pedagiadas no Brasil, contando com duas concessões estaduais em São Paulo e cinco federais nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, totalizando 3.200 quilômetros administrados. A operação possui rating AAA pela S&P e possui como garantias a alienação fiduciária das ações da Companhia, a cessão fiduciária dos direitos creditórios da concessão e a fiança da Arteris.



CART13

A Concessionária Auto Raposo Tavares (CART) detém a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 km entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo. O Corredor CART é uma das principais vias de trânsito de produtos, serviços e mercadorias no Estado de São Paulo, formado por municípios com forte potencial econômico, especialmente o escoamento de cargas, por ser uma valiosa ligação entre o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o Estado do Paraná, onde está localizado o porto de Paranaguá. O contrato de concessão possui vencimento previsto em 2039, na qual a Companhia já cumpriu com a totalidade das obrigações de investimento de expansão. A Companhia possui como acionistas o Pátria Investimentos, uma das maiores gestoras de investimentos alternativos no Brasil, com mais de US\$ 40 bilhões sobre gestão, e o GIC, o fundo soberano do governo de Singapura que possui um portfólio global com cerca de US\$ 850 bilhões em ativos sob gestão. A operação possui rating AAA pela S&P, e possui como garantias o penhor de ações da Companhia e a cessão fiduciária dos recebíveis da concessão.



GTSA11

A Companhia possui a concessão das linhas de transmissão Rio Verde Norte-Trindade, Trindade-Xavantes, Trindade-Carajás e da subestação Trindade até 2040. O projeto entrou em operação comercial em outubro de 2013. A Companhia tem como acionistas controladores Furnas, subsidiária da Eletrobrás (49%), e o Grupo Energia Bogotá - GEB (51%). A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas a cessão fiduciária das ações da Goiás Transmissora e cessão fiduciária dos direitos oriundos dos contratos de concessão.



IFPT11

Holding detentora de 100% das ações PN (32,08% das ações totais) de emissão da Águas de Guariroba. O serviço da dívida das debentures será pago com os dividendos da empresa de saneamento. A Águas de Guariroba possui rating AA- pela Fitch e já é um ativo maduro, com um atendimento de água de 100% e atendimento urbano de esgoto de 94%. Tem como acionista controlador a AEGEA, maior empresa privada de saneamento privado do país. A emissão tem como garantia as ações PN de emissão da Águas de Guariroba.

Descrição dos ativos



A Transbrasiliana é responsável pela administração da concessão do trecho de 321,6 quilômetros da BR-153, entre a divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais até a divisa de São Paulo com o Paraná. A BR-153 é a principal ligação do Meio-Norte do Brasil (estados do Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá) com a Região geoeconômica Centro-Sul do país. Devido a esse fato e somado ao grande fluxo de veículos, a BR-153 é considerada atualmente como uma das principais rodovias de integração nacional do Brasil. A concessão, que tem prazo de 25 anos iniciado em fevereiro de 2008, faz parte do Programa de Concessões Rodoviárias do Governo Federal e suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela ANTT. O contrato de concessão é válido até 14 de fevereiro de 2033. A operação conta com uma estrutura bastante robusta, que inclui garantias reais relacionadas a operação de uma usina hidroelétrica (Tijóá que administra a Usina Hidroelétrica Três Irmãos). Desta estrutura, merecem destaque os indicadores de alavancagem máxima, ICSD mínimo e travas relacionadas à distribuição de dividendos, redução de capital social, captação de novas dívidas, além do pacote de garantias composto por alienação fiduciária das ações da Transbrasiliana, da Tijóá e da Juno, cessão fiduciária dos recebíveis da Transbrasiliana e dos dividendos da Tijóá e cessão fiduciária de conta vinculada onde serão retidos recebíveis de pedágio correspondentes a próxima parcela de serviço da dívida.



ANET11 e ANET12

Fundada em 1996 e após a fusão com a Vero em dezembro de 2023, é o terceiro maior operador de telecom independente do país, com foco em internet por fibra de alta qualidade para clientes residenciais e corporativos. A Companhia possui cerca de 1,4 milhão de clientes residenciais em 426 municípios, além de clientes corporativos localizados em regiões premium com baixa presença de incumbentes (Vivo, TIM e Claro) e alto potencial de crescimento. A rede da Companhia é 100% própria, com padrão “carrier-grade” que é confiável, bem testado e comprovado em suas capacidades. A nova estrutura acionária é composta por uma participação de 36,2% da Vinci Partners, 22,2% da Warburg Pincus, 8,4% de Lincoln Oliveira, 7,1% da Invest Tech e 26,1% distribuídos entre acionistas minoritários. Dessa forma, os antigos acionistas da Vero possuem uma participação de 56% na nova empresa, enquanto os da Americanet possuem os 44% restantes. A operação possui rating A+, pela S&P.



A Via Brasil MT-320 é a concessionária responsável, por 30 anos, até 2049, pela operação, manutenção, conservação e melhoria do trecho de 188,2 Km entre Alta Floresta e Nova Santa Helena da MT-320 e MT-208. A Companhia está em uma região estratégica para o desenvolvimento da agricultura no Brasil. As rodovias estaduais MT-320 e MT-208 são a principal rota para interligar os municípios das regiões Norte e Noroeste do Mato Grosso com a rodovia federal BR-163, o maior eixo de transporte e escoamento da produção do estado. A Companhia foi constituída por um consórcio de empresas com expertise nas áreas de concessões públicas, infraestrutura rodoviária, tecnologia e serviços para atuar como operadora de serviços públicos concessionados. A operação conta com um pacote de garantias (fiança corporativa até o completion físico e financeiro do projeto) a alienação fiduciária das ações, cessão fiduciária dos recebíveis da concessão e cessão fiduciária das contas do projeto).



A AES Cajuína é uma subholding controlada integralmente pela AES Brasil, um dos maiores grupos de geração de energia elétrica no país, com 8,8 GW de capacidade instalada, após combinação de negócios com a Auren. O projeto eólico Cajuína é composto por 5 SPEs, estando localizado no Rio Grande do Norte, possuindo 230 MW de capacidade instalada e gerando energia partir de 39 aerogeradores da Nordex de capacidade de 5.9 MW cada. O fator de capacidade em P50 é de 54% e em P90 é da ordem de 47%. Está localizado em uma região que detém um dos melhores recursos eólicos do país. As SPEs comercializaram energia com a AES Brasil Operações e com a Copel, em PPA's com 101 MWm (92,8% do P90) e 4 MWm (3,7% do P90) de capacidade e prazos de 20 e 13 anos, respectivamente. A operação comercial do parque se deu no 4T23. A operação possui rating AAA pela Moody's, conta com travas relacionadas à celebração de mútuos, de captação de novas dívidas, de redução de capital social, de distribuição de dividendos e manutenção de ICSD mínimo, além de contar com fiança da AES Brasil por todo o prazo da emissão.

Descrição dos ativos



CJEN13

O TESC – Terminal de Santa Catarina é um terminal multipropósito com 3 berços de atracação próprios em São Francisco do Sul/SC. Arrendado em 1996, com prazo original de 25 anos, teve o contrato renovado em 2017, por igual período, passando a findar no ano de 2046. Atualmente focado em produtos siderúrgicos e celulose, também opera carga geral e de projeto. A principal atividade é um contrato de *take-or-pay* com a ArcelorMittal, com prazo de vencimento em 2046. Como contrapartida à renovação antecipada do contrato de arrendamento, a Companhia entregou em 2023 um projeto para implementar estrutura para operação adicional de grãos para exportação, solucionando parte da deficiência da região, e expandindo a diversidade de cargas transportadas no terminal. A Companhia é controlada pela Agribrasil, exportadora de grãos de capital 100% nacional, controlada indiretamente pelo fundo soberano de Omã. A operação possui rating AA-, pela Fitch e conta com um pacote de garantias composto pela alienação fiduciária das ações, cessão fiduciária dos recebíveis e dos direitos emergentes do contrato de arrendamento, alienação fiduciária dos equipamentos atuais e futuros do terminal e estrutura de contas reservas.



HZTC14

A Orizon é uma empresa de tratamento de resíduos que atua no final da cadeia de manejo de resíduos, e possui em seu portfólio 18 EcoParques (aterros sanitários). São 3 principais linhas de negócio: (i) Destinação final: tratamento e destinação final de resíduos por meio de EcoParques (77% Receita); (ii) Transição Energética (15,5% Receita); (iii) Economia Circular (7,7% Receita). Atualmente, a Orizon realiza o tratamento e descarte de 10,1 milhões de toneladas por ano, o que representa mais de 10% do *market share* na coleta total de resíduos sólidos brasileira. A operação possui rating AA+ pela S&P e selo verde emitido pela consultoria especializada Sitawi. Além disso, possui pacote de garantias composto por garantia corporativa, alienação fiduciária de ações e cessão fiduciária de recebíveis.



VSJH11

Complexo Eólico formado por 5 parques eólicos, operacionais desde 2016, e com capacidade instalada de 141 MW. Os ativos estão localizados no estado do Ceará e apresentam longo histórico de geração. A Companhia tem como acionistas a Echoenergia, veículo de investimento em energia renovável da Equatorial. Fundada em 2017, apresenta uma capacidade instalada em operação de 1.200MW, além de outros 573MW em construção. A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.



HVSP11

O complexo solar Hélio Valgas, localizado em Várzea de Palma (MG), possui capacidade instalada de 661MWp, entrando em operação em agosto de 2023 sob um contrato de fornecimento de energia de longo prazo (20 anos). O projeto ao portfólio da Comerc, plataforma integrada de soluções renováveis em energia e descarbonização. A empresa tem um portfólio de projetos de energia de 2,25GW de capacidade instalada. Por sua vez, a Comerc conta com uma robusta estrutura acionária, com presença da Vibra Energia, maior distribuidora de combustíveis do país. Os stakeholders do projeto são empresas líderes e reconhecidas internacionalmente em suas áreas, na qual a Comerc negociou garantias de longo prazo e conseguiu preços competitivos pelo grande pool de fornecedores interessados no projeto, uma vez que é um dos maiores do país no segmento. A operação conta com travas de redução de capital, distribuição de dividendos, novos mútuos/dívidas, piora nas condições dos contratos de venda de energia e pacote de garantias, composto por fiança das SPes e da Comerc, alienação fiduciária das ações e dos equipamentos da Companhia, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia e das contas vinculadas ao projeto.

Descrição dos ativos



RDVE11

A Rio do Vento Expansão Subholding S.A. (RDVE) é composta por quatro SPEs estabelecidas como produtoras independentes de energia elétrica, mediante a implantação e a exploração de uma central geradora eólica. Os parques eólicos estão localizados nos municípios de São Tomé, de Caiçara do Rio do Vento e de Lajes, todos no estado do Rio Grande do Norte, e totalizam 268,1 MW de capacidade instalada. Os projetos são controlados pela Casa dos Ventos Holding S.A., que detém 80% das ações da RDVE Subholding e é uma das companhias pioneiras e principais investidoras no mercado de energia renovável do Brasil. A Comerc Energia detém, indiretamente, os 20% restantes das ações e é uma das maiores traders de energia do país, especializada em geração distribuída e geração centralizada a partir de fontes renováveis. Os parques comercializaram energia no mercado livre, por meio de PPAs que têm duração média de 13,6 anos para o equivalente a 86,6% de sua garantia física líquida, e no ambiente regulado, com duração de vinte anos para o equivalente a 4,0% de sua garantia física líquida, totalizando 90,6%. As contrapartes dos PPAs possuem baixo risco de crédito e são eletrointensivas, tendo sido validadas junto ao banco financiador e submetidas a um processo de análise de crédito. A emissão possui rating AA pela Fitch e conta com pacote de garantias composto por fiança bancária até a conclusão dos projetos, fiança das SPEs, alienação fiduciária das ações da RDVE e das SPEs, cessão fiduciária de recebíveis e da estrutura de contas da operação e a alienação fiduciária dos aerogeradores das SPEs.



VERO12

Fundada em 2019 e após a fusão com a Americanet em dezembro de 2023, é o terceiro maior operador de telecom independente do país, com foco em internet por fibra de alta qualidade para clientes residenciais e corporativos. A Companhia possui cerca de 1,4 milhão de clientes residenciais em 426 municípios, além de clientes corporativos localizados em regiões premium com baixa presença de incumbentes (Vivo, TIM e Claro) e alto potencial de crescimento. A rede da Companhia é 100% própria, com padrão "carrier-grade" que é confiável, bem testado e comprovado em suas capacidades. A nova estrutura acionária é composta por uma participação de 36,2% da Vinci Partners, 22,2% da Warburg Pincus, 8,4% de Lincolin Oliveira, 7,1% da Invest Tech e 26,1% distribuídos entre acionistas minoritários. Dessa forma, os antigos acionistas da Vero possuem uma participação de 56% na nova empresa, enquanto os da Americanet possuem os 44% restantes. A operação possui rating A+, pela S&P.



CBAN32 e CBAN72

A Rota das Bandeiras é a concessionária responsável pela administração do Corredor Dom Pedro I, localizado em um ponto estratégico para escoamento da produção nacional, já que liga a região de Campinas, que detém grande produção de equipamentos de informática, com o Vale do Paraíba, que detém o maior polo aeroespacial brasileiro, e com o Porto de São Sebastião no litoral norte, que exporta principalmente veículos, peças, máquinas e equipamentos. O corredor passa também por Paulínia, que abriga a Replan, maior refinaria da Petrobrás. A atuação da concessionária é viabilizada via contrato de concessão assinado em 2009, com prazo de vigência de 30 anos. Ao longo de sua história, a concessionária já investiu mais de R\$ 4 bilhões em melhorias e expansões nas rodovias por ela administradas. A Rodovias do Brasil pertence ao Mubadala, um fundo de investimento soberano, que administra um portfólio diversificado de ativos e investimentos nos Emirados Árabes Unidos e no exterior, para gerar retornos financeiros sustentáveis para o seu acionista, o Governo de Abu Dhabi. Atualmente a empresa conta com US\$ 330 bilhões que se estendem por seis continentes, vários setores e classes de ativos. A Companhia possui rating AAA, pela Fitch.



VRDN12

A ViaRondon administra o trecho oeste da rodovia Marechal Rondon (SP-300), via contrato de concessão assinado em maio de 2009 junto à ARTESP, durante a 2ª etapa do programa de concessões rodoviárias do estado de São Paulo. A Companhia é responsável pela administração de 416,8km de extensão, sendo 331,2km da própria SP-300 e 85,6km das rodovias de acesso cortando 25 municípios do oeste paulista e contando com oito praças de pedágio bidirecional. É importante rota de ligação do estado de São Paulo com o estado do Mato Grosso do Sul, na cidade de Três Lagoas, e rota para Campo Grande. Ela liga as regiões agrícolas do Centro Oeste brasileiro, os centros consumidores do Sudeste e o Porto de Santos. A ViaRondon é controlada pela BRVias que tem o FIP Volluto (50,1% de participação) e o grupo Splice como acionistas (49,9% de participação). A operação possui rating AA-, pela Fitch e possui como garantias a cessão fiduciária de recebíveis da concessão, alienação fiduciária das ações da Companhia e fiança dos acionistas.

Descrição dos ativos



CLTM14

A Companhia é a responsável pela exploração e aquisição do material rodante das Linhas 8 – Diamante e Linha 9 – Esmeralda da rede de trens metropolitanos de São Paulo, que possuem extensão de 78,9 Km. A Linha 8 – Diamante conta com 22 estações ao longo de 41,6 quilômetros de extensão, cortando seis municípios, ligando Júlio Prestes (São Paulo) a Amador Bueno (Itapevi) e a Linha 9 – Esmeralda conta com 18 estações ao longo de 32,5 quilômetros de extensão, interliga o extremo sul da capital ao município de Osasco. O contrato de concessão foi assinado em 30 de junho de 2021 com o Estado de São Paulo e com interveniência da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). A concessão tem prazo de 30 anos, contados a partir da data da emissão de ordem de início da operação comercial das Linhas: 8 – Diamante e 9 – Esmeralda, que ocorreu em 27 de janeiro de 2022. O contrato de concessão contempla investimentos para operação, conservação, manutenção, modernização e ampliação das instalações existentes, além de aquisição de material rodante (trens) ao longo dessas três décadas. A Companhia foi constituída via consórcio formado por 80% da CCR, maior empresa da América Latina de infraestrutura em mobilidade e 20% da RuasInvest, holding com participação em empresas de infraestrutura e de transporte. A operação possui rating AA pela Moody's e conta com pacote de garantias composto por fiança não solidária dos acionistas caso haja o término antecipado do contrato de concessão, alienação fiduciária das ações, cessão fiduciária de direitos creditórios, contrato de suporte de acionistas, contrato de administração de contas e cessão condicional dos contratos do projeto.



SABP12

A Rio+ Saneamento é uma das 3 vencedoras do leilão de privatização da CEDAE, assumindo a responsabilidade pela prestação regionalizada dos serviços de saneamento no Bloco 3. A Companhia iniciou as operações em agosto de 2022, após ter vencido o leilão ocorrido em março do mesmo ano, mediante um contrato de concessão de 35 anos e uma outorga de R\$ 2,2 bilhões. A área de atuação é composta por 18 municípios no Estado do Rio de Janeiro, abrangendo também 24 bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, atendendo 2,6 milhões de habitantes. 80% dos clientes da Rio+ estão na Zona Oeste do Rio, porém são atendidos apenas em distribuição de água. O serviço de esgoto é oferecido por outra empresa, coincidentemente do mesmo acionista controlador da Rio+, o Grupo Águas do Brasil. O grupo de controle acionário da Rio+ Saneamento é composto pela Águas do Brasil, com 60% e pela Vinci Partners, com 40%. A operação possui rating AAA pela Fitch.



CRMG15

A Companhia tem como atividade a exploração - incluindo a operação, as obras de ampliações e melhorias, assim como a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba)-Itaúna – Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso – divisa MG/SP da Rodovia BR-265. O contrato de concessão, assinado em 2007, possui prazo de vencimento em 2032. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lindeiras à rodovia, na qual a região é característica por forte atividade econômica de setores, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. A emissão possui rating AA+, pela S&P, e possui como garantias a alienação fiduciária das ações da Companhia, a cessão fiduciária dos recebíveis da concessão e a fiança da Via Apia até o completion do projeto.



ALGTA4

A Algar Telecom S.A. é uma prestadora de serviços de telecomunicações sobre fibra de escala nacional, com cerca de 196,3 mil clientes corporativos (B2B) e 1,9 milhão de clientes de varejo (B2C). Possui uma robusta infraestrutura de fibra óptica, suportada por uma rede de mais de 131 mil km, que proporciona a cobertura dos principais centros econômicos do Brasil, em 372 cidades de 16 estados e do Distrito Federal. Além das soluções de conectividade, a Companhia também presta serviços de dados móveis, voz e de TI, que vão desde cibersegurança a armazenamento de dados na nuvem. Além disso, em 2021, a Algar arrematou um conjunto de lotes regionais no leilão do 5G, em áreas originais de atuação da empresa em Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás. Apesar do maior número de clientes na modalidade B2C, a Algar foca especialmente no atendimento e expansão da frente B2B, que oferece um ticket médio mais elevado e constitui 67% da receita líquida de serviços da Companhia atualmente. A Algar possui rating AA+, atribuído pela S&P.

Descrição dos ativos



A Potengi Holdings é composta por 4 SPE's, estando localizado no Rio Grande do Norte, possuindo 165,30 MW de capacidade instalada e gerando energia partir de 29 aerogeradores da Nordex de capacidade de 5.7 MW cada. Da capacidade instalada, 91,2 MW está localizada no Complexo Eólico Cajúna I e 74,1 MW está localizada no Complexo Eólico Cajúna II. O fator de capacidade em P50 é de 54% e em P90 é da ordem de 48%. Está localizado em uma região que detém um dos melhores recursos eólicos do país. As SPEs comercializaram energia com a BR F, em PPA com 80 MWm (99% do P90) de capacidade e prazo de 15 anos. A companhia é uma joint venture da AES Brasil com a BR F. A operação possui rating AAA pela Fitch e conta com fiança da AES Brasil (76%) e da BR F (24%).



A Ecovias Minas Goiás é responsável pela administração da rodovia BR-050 GO/MG, no trecho de 436,6 km que se inicia no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), que se estende até o município de Delta, na divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo. A rodovia é uma das principais vias de ligação entre o Distrito Federal e São Paulo, cortando municípios de atividade agroindustrial e comércio atacadista. Abrange nove municípios, sendo cinco em Goiás (Cristalina, Ipameri, Campo Alegre de Goiás, Catalão e Cumari) e quatro em Minas Gerais (Araguari, Uberlândia, Uberaba e Delta). O contrato de concessão foi assinado em janeiro de 2014, com prazo de 30 anos. O início das operações da concessionária deu-se em 08 de janeiro de 2014 e o início da cobrança de pedágio em 12 de abril de 2015. Originalmente detida pelo consórcio Planalto, a Companhia foi vendida em 2019 para a Ecorodovias, a maior operadora de rodovias do Brasil, com portfólio composto por 12 concessões rodoviárias, localizadas em 8 estados e com 4,8 mil Km de extensão. A operação possui rating AA+ pela S&P.



Constituída em março de 2020, a partir da transferência de ativos da Vivo em 34 cidades e aporte de capital de R\$ 205 milhões do fundo CDPQ ao longo de 2021, a Fibrasil é uma provedora de infraestrutura de fibra ótica, por meio do aluguel de sua rede neutra. Ao final de 2024, a Companhia possuía 4,6 milhões de domicílios conectados à sua rede de infraestrutura de fibra ótica, distribuídos em 151 cidades em 22 estados brasileiros. Seu modelo de negócios baseado em rede neutra permite com que vários clientes contratem sua infraestrutura. Dessa forma, seus clientes conseguem ter acesso a escala e a capilaridade de sua rede, permitindo-lhes focar no serviço de relacionamento com o cliente final. Possui um contrato âncora com a Vivo, firmado em 2021, pelo prazo de 10 anos, renovável por mais 5 anos, que garante uma exclusividade de 6 meses do início de operação em cada cidade e uma receita mínima com base no nível de ocupação. Encerrou o ano de 2024 com 771,3 mil clientes finais e 42 tenants conectados. Atualmente, a Fibrasil é uma sociedade por ações de capital fechado controlada pelo grupo Telefônica, que possui 75% de participação. A operação possui rating AAA pela Moody's.



A Igua Rio opera a concessão de saneamento decorrente do leilão do Bloco 2 da CEDAE, com duração de 35 anos, vencido em abril de 2021. A concessão abrange uma população de 1,2 milhão de habitantes em áreas de alto poder aquisitivo do Rio de Janeiro (Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio), representando mais de 95% da receita, além de outros 2 municípios. A concessão tem perfil maduro, com altos índices de cobertura de água (95%) e esgoto (84%), atendendo um público premium, composto principalmente por grandes condomínios, que geram a maior parte da receita (6% das conexões representam 2/3 do faturamento), e apresenta baixos níveis de inadimplência em comparação a média do Estado. Devido ao perfil maduro e aos altos índices de cobertura, os investimentos necessários na concessão são relativamente baixos, totalizando cerca de R\$2,2 bilhões ao longo da concessão, com aprox. R\$300mm anuais nos primeiros anos. Os investimentos incluem principalmente aumento da cobertura e obras de baixa complexidade. A Companhia representa cerca de 60% da receita da Igua Saneamento, uma das maiores empresas privadas de saneamento do país, com um portfólio de 15 concessões e 3 PPPs no setor. A Igua conta com forte suporte de acionistas de destaque, como CPP (Canada Pension Plan Investments), AIMco (Alberta Investment Management Corp.), BNDESPar e IG4 Capital, que investiram cerca de R\$3,4 bilhões na empresa nos últimos 5 anos. A operação possui rating AAA pela S&P e conta com pacote de garantias.

Descrição dos ativos



A MT 246 é uma SPE que tem como objetivo operação e manutenção de um trecho de 233 km que liga Jangada (MT) a Tangará da Serra (MT). Os 233,20 Km da concessão são formados por trechos das rodovias estaduais MT 246, MT 343, MT 358 e o Contorno Norte de Tangará da Serra, que estão localizadas na região sudoeste do Mato Grosso. O contrato de concessão nº 007/2021 foi assinado em 2021 e possui duração de trinta anos. O início da cobrança de pedágio ocorreu em agosto de 2022. O tráfego é prioritariamente de veículos pesados, que escoam a produção regional agrícola para os portos, além de abastecer a região com fertilizantes e demais insumos importados. O plano de investimentos compreende recuperação do pavimento, implantação de faixas de acostamento e acessos, além de duplicação de trechos da rodovia. A concessionária também deve cumprir indicadores de performance e qualidade, a serem atestados por um verificador independente. A operação possui rating AA+ pela Fitch e conta com pacote de garantias composto por (i) alienação fiduciária da totalidade das ações da Emissora, bem como os demais direitos acessórios das ações, e (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios.



A Ecorodovias tem foco no mercado brasileiro de concessões rodoviárias, sendo o maior operador de concessões rodoviárias do Brasil em termos de quilômetros administrados, com 4.700 quilômetros sob gestão. A Companhia faz parte do Gruppo Gavio, referência mundial em concessões rodoviárias e construção civil, que por meio da Igli do Brasil Participações Ltda. ("Igli Brasil") co-controla a Companhia sendo, o 2º maior grupo operador de concessões rodoviárias no mundo. Atualmente, as atividades da Companhia incluem onze concessões rodoviárias em operação, localizadas em oito estados, um ativo portuário localizado no Porto de Santos (Ecoporto), que contribui para as exportações brasileiras, além de um ativo logístico (Ecopátio), que ajuda a organizar o fluxo de entrada no Porto de Santos. A Companhia possui rating AAA pela S&P.



A Vports é a autoridade portuária dos portos de Vitória, Vila Velha e Barra do Riacho, no Espírito Santo, com enfoque no arrendamento e desenvolvimento econômico da área do porto organizado. A Companhia foi adquirida no âmbito do processo de privatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) em março de 2022, entidade pública responsável pelo complexo portuário até então. O contrato de concessão foi assinado setembro de 2022, com duração de 35 anos e com possibilidade de ser renovado por mais 5 anos. A maior parcela da receita da Companhia vem dos contratos de aluguel de área no porto organizado, cujos contratos possuem prazo médio ponderado remanescente de 8 anos. Também recebe pelas tarifas portuárias, reguladas pela ANTAQ. A carga movimentada no sistema portuário é diversificada, com destaque para contêineres, combustíveis, malte, fertilizantes e granito. O plano de investimentos compreende obras de baixa complexidade, como reformas em armazéns e trilhos ferroviários, troca das esteiras transportadoras e manutenção de um calado mínimo. A companhia também deve cumprir indicadores de performance e qualidade. Possui rating AAA pela Fitch.



A Athon Energia atua desde 2017 no desenvolvimento, na construção e na operação de projetos solares no âmbito da regulação da Microgeração e da Minigeração Distribuídas (MMGD). O portfólio atual da Companhia engloba usinas com capacidade instalada operacional de 162 MWp, localizadas em 9 estados do Brasil. As usinas da Companhia operam nas modalidades de autoconsumo remoto e geração compartilhada, nas quais desenvolve ativos de geração fotovoltaica e os aluga para clientes específicos. Esta estrutura permite alocar e compensar a energia gerada entre as unidades de consumo do cliente e, consequentemente, reduzir a fatura de energia. A Companhia possui contratos de longo prazo firmados com 12 contrapartes, com prazo médio remanescente de 14 anos. Os principais clientes são Claro, Telefônica, Serena e Raizen. A Athon é controlada por um FIP-IE, composto de equity e dívida, cujos maiores acionistas hoje são family offices e pessoas físicas. Em julho de 2023, a empresa recebeu um aporte de R\$ 75 milhões da AZ Quest, que se tornou acionista preferencialista. A operação possui rating AAA pela Fitch e conta com pacote de garantias composto por alienação fiduciária de ações e equipamentos, cessão fiduciária de recebíveis e fiança corporativa cruzada.

Descrição dos ativos



BARU11

A Barueri Energia Renovável prestará serviços de processamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos na cidade de Barueri, no estado de São Paulo, construindo e operando uma planta de Waste-to-Energy. A SPE firmou com a prefeitura de Barueri uma PPP em janeiro de 2012, com prazo de 30 anos, contados a partir da emissão da ordem de serviço, ocorrida em novembro de 2021. O projeto será a primeira usina de Waste-to-Energy no Brasil, tecnologia que permite a transformação do resíduo sólido urbano em energia renovável. Serão necessários investimentos de R\$ 600 milhões para construção da planta, prevista para ser entregue no início de 2027. A planta terá capacidade instalada de 20MW de geração de energia, vendida em dois leilões em 2021 e 2022, em PPA's de 20 anos no mercado regulado. Além da contraprestação do contrato de PPP e da venda de energia, o projeto poderá receitas adicionais de por meio do crédito de carbono e reciclagem. A URE Barueri possui como acionistas a Orizon (80%), empresa de tratamento de resíduos que atua no final da cadeia de manejo de resíduos, e possui em seu portfólio 18 EcoParques (aterros sanitários) e a Sabesp (20%), responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos de 376 municípios do Estado de São Paulo. A operação possui rating AA- pela S&P e possui como garantias a alienação fiduciária de equipamentos e ações da emissora, cessão fiduciária de direitos creditórios e contas vinculadas, ESA da Sabesp e fiança da Orizon.



EQPA18 e EQPA19

A Equatorial Pará é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica no Estado do Pará. Sua área de concessão abrange todo o Estado do Pará com 1.245.871 km², atendendo mais de 3,0 milhões de consumidores (sendo 88% residenciais) em 144 municípios, perfazendo um total de aproximadamente 8,7 milhões de habitantes (3,4% da população brasileira). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia faz parte do portfólio de ativos da Equatorial, 3ª maior grupo de distribuição do país em número de clientes, operando 7 concessionárias, nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Rio Grande do Sul, Goiás e Amapá, atendendo mais de 14 milhões de clientes nessas regiões. A Equatorial também atua no setor de transmissão e entrou no setor de saneamento, se tornando a primeira empresa multi-utilities do país (acionista de referência da Sabesp), além de adquirir 100% das ações da Echoenergia S.A., iniciando capítulo no setor de renováveis e tornando-se efetivamente um player de atuação integrada no segmento de energia. Possui rating AAA pela S&P.



IVIA0

A Intervias é responsável pela operação de 380,3 km que abrangem 19 municípios da região centro-norte do Estado de São Paulo, com população de aproximadamente 2 milhões de habitantes. Diariamente, passam mais de 91 mil veículos pelo sistema da concessionária. O contrato de concessão possui prazo até 31 de dezembro de 2039. A Companhia faz parte do portfólio de ativos da Arteris, uma das maiores empresas que operam rodovias pedagiadas no Brasil, contando com duas concessões estaduais em São Paulo e cinco federais nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, totalizando 3.200 quilômetros administrados. A operação possui rating AAA pela S&P.



NNAE12

A SPE Novo Norte Aeroportos é a entidade responsável pela gestão e operação dos aeroportos de Belém (PA) e Macapá (AP), que movimentam juntos cerca de 4,2 milhões de passageiros por ano. O bloco encontra-se numa região com fluxo de serviços e comércio, além de grande exposição a turismo. A concessão foi vencida em leilão da 7ª rodada de concessões aeroportuárias da ANAC realizado em agosto de 2022 e possui prazo de 30 anos, contados da assinatura do contrato em maio de 2023. O aeroporto de Belém passou a ser operado em setembro de 2023 e o aeroporto de Macapá em outubro de 2023, após um período de transição com a Infraero. A Companhia foi formada por um consórcio composto pela Agemar (95%), holding de infraestrutura situada em Recife (PE), especializada na operação de diversos terminais logísticos e de passageiros, incluindo aeroportos regionais em diferentes estados e pela Socicam (5%), a maior operadora privada de aeroportos do Brasil. A operação possui rating AA+ pela Moody's e possui como garantias a cessão fiduciária dos recebíveis e dos direitos da concessão, alienação fiduciária das ações e fiança dos controladores do grupo Agemar, pela acionista direta, Dix e outras subsidiárias do grupo.

Descrição dos ativos



TEPA12

Fundada em 1995, a Brasil Tecpar é um dos principais operadores de telecom do país, sendo líder ou vice-líder de mercado em 68% das 307 cidades em que atua. Desde a sua fundação, a Companhia realizou 56 aquisições, tendo atuação espalhada em 9 estados brasileiros, nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. O processo de aquisição é auxiliado pela incubadora de ISPs própria chamada PrePar. Após as aquisições da GGNet no final de 2024 e da Nova, OnNet e Sempre no início de 2025, a Companhia atingiu 4,2 milhões de HPs e 1,06 milhão de HCs, se tornando a 8ª maior empresa de banda larga em número de acessos e a 7ª maior em faturamento. A Companhia possui 168 mil Km de rede própria, sendo 98 mil Km de longa distância e 71 mil Km de rede metropolitana. Em 2024, 69% do faturamento da Companhia veio do segmento B2C e 31% do segmento B2B. A Brasil Tecpar é controlada pela holding Gaúcha Tecpar, que detém 84% das ações, com Macquarie detendo os 16% restantes. A operação possui rating A+ pela S&P e possui como garantias a cessão fiduciária de recebíveis, alienação fiduciária de equipamentos e fiança corporativa.



Uma empresa CPFL Energia

AESLA9

A RGE Sul detém a concessão de distribuição de energia em 381 municípios no estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 3,1 milhões de consumidores. O contrato de concessão é válido novembro de 2057. A Companhia faz parte do portfólio de ativos da CPFL Energia, grupo com atuação em todos os segmentos do setor de energia elétrica (distribuição, geração, transmissão, serviços e comercialização) e com atuação em todas as regiões do país, sendo a segunda maior distribuidora em volume de energia vendida, com 14% de participação no mercado nacional, atendendo cerca de 10,3 milhões de clientes em 687 municípios. A operação possui rating AAA pela Moody's.



AURP12

A Auren Operações, antiga AES Brasil Operações, é uma geradora de energia renovável com capacidade instalada de 3,8 GW em projetos eólicos, solares e hidrelétricas. Faz parte do portfólio de ativos da Auren, plataforma de investimentos relacionados à gestão, operação, aquisição, desenvolvimento e construção de ativos de geração, transmissão e comercialização de energia no Brasil. Com 8,8 GW de capacidade instalada, é a 3ª maior geradora de energia do Brasil e é líder em comercialização de energia no país. A operação possui rating AAA pela Moody's.



CEAP17

A CEA detém a concessão de distribuição de energia de todo o estado do Amapá, com 142,8 mil Km², atendendo 264,1 mil consumidores em 16 municípios. O contrato de concessão é válido por 30 anos, até 23 de novembro de 2051. A Companhia faz parte do portfólio de ativos da Equatorial, 3ª maior grupo de distribuição do país em número de clientes, operando 7 concessionárias, nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Rio Grande do Sul, Goiás e Amapá, atendendo mais de 14 milhões de clientes nessas regiões. A Equatorial também atua no setor de transmissão e entrou no setor de saneamento, se tornando a primeira empresa multi-utilities do país (acionista de referência da Sabesp), além de adquirir 100% das ações da Echoenergia S.A., iniciando capítulo no setor de renováveis e tornando-se efetivamente um player de atuação integrada no segmento de energia. Possui rating AA+ pela S&P.

Descrição dos ativos



A Energisa Sul Sudeste detém a concessão de distribuição de energia de 82 municípios, sendo 71 no estado de São Paulo, 10 no estado de Minas Gerais e 1 no estado do Paraná, atendendo 890,1 mil consumidores. O contrato de concessão é válido por 30 anos, até 07 de julho de 2045. A Companhia faz parte do portfólio de ativos da Energisa, grupo com atuação nos segmentos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, além de distribuição de gás natural. Através de 9 concessões de distribuição, atende 8,8 milhões de clientes, o que a posiciona como o quinto maior grupo do setor no Brasil. A operação possui rating AAA pela Fitch.



A Águas de Itapema é a concessionária responsável pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Itapema, em Santa Catarina. A Companhia opera via contrato de concessão assinado em 2004, com prazo original de 25 anos, e prorrogado via termo aditivo em 2015 até 2044. A cidade de Itapema possui uma população fixa de 83,3 mil habitantes ao final de 2024 e se caracteriza por ser um dos principais pontos turísticos da região Sul, tendo recebido 800 mil turistas no verão de 2024-2025. A Companhia assegurou a universalização do acesso à água tratada e é um dos municípios com a maior cobertura de saneamento da região Sul do país, com 77,5% ao final de 2024. Além disso, possui índice de perdas na distribuição de água bem abaixo da média nacional (22% vs 39,3%). A Companhia pertence ao portfólio de ativos da Conasa, plataforma de infraestrutura criada em 2014 e com atuação nos segmentos de saneamento, rodovias e iluminação pública. Atualmente, possui 23 subsidiárias nas 5 regiões do Brasil. A operação possui pacote de garantias composto pela alienação fiduciária das ações e pela cessão fiduciária de recebíveis. Possui rating AA pela Moody's.



O MetrôRio administra, mantém e opera as Linhas 1 e 2 do sistema metroviário da cidade do Rio de Janeiro (RJ) - que juntas circulam entre a Zona Sul, a Zona Norte e o Centro, por 36 estações em 42 Km de trilhos - e da Linha 4 com 12,7 Km de extensão e 5 estações, fazendo a conexão da Zona Oeste a Zonal Sul do Rio de Janeiro. Ao todo, as linhas juntas somam 59 km de extensão, 41 estações e 64 trens. O metrô da cidade do Rio de Janeiro foi o primeiro concedido à iniciativa privada no Brasil e é o segundo maior metrô do país, em extensão de rede e quantidade de passageiros. O contrato de concessão possui prazo de vencimento em janeiro de 2048, considerando o prazo original de 20 anos, de 1998 a 2008, a prorrogação em 2007 por mais 20 anos, de 2008 a 2038, e a extensão por 10 anos adicionais em abril de 2025. Além da extensão de prazo, o 10º aditivo trouxe a unificação dos contratos das linhas 1, 2 e 4 e o mecanismo de compartilhamento de risco de demanda entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro. O MetrôRio é controlado pelo Mubadala, companhia global de investimentos detida pelo governo de Abu Dhabi, que possui investimentos em mais de 50 países e em diversos setores, incluindo infraestrutura, energia, serviços públicos, imóveis, aeroespacial, metais, mineração, óleo e gás, petroquímicos e um portfólio global de holdings financeiras. A emissão possui rating AAA pela Fitch e S&P e tem pacote de garantias composto pela alienação fiduciária de 100% das ações da Companhia e cessão fiduciária dos recebíveis da concessão, com conta reserva com o valor equivalente a próxima PMT da dívida.



A Entrevias é a companhia que opera e administra a concessão do lote Rodovias do Centro-Oeste Paulista, que compreende 570 Km de vias que cruzam o estado de São Paulo, ligando Minas Gerais ao Paraná. Licitado em março de 2017 e com um prazo de concessão de 30 anos, o lote do Centro-Oeste Paulista é composto por dois trechos: (i) Trecho Sul (Existente): se estende do município de Borborema/SP ao município de Florínia/SP, na divisa com o Estado do Paraná; (ii) Trecho Norte (Remanescente): passa pelos municípios de Bebedouro/SP, Ribeirão Preto/SP, até Igarapava/SP, na divisa com o Estado de Minas Gerais. A cobrança de pedágio se iniciou em maio de 2018 no Sistema Remanescente e em outubro de 2018 no Sistema Existente. A Companhia é controlada pela Vinci, maior empresa de construção e serviços relacionados do mundo, e pelo GIC, fundo soberano de Cingapura. A operação possui rating AA+ pela Fitch e pacote de garantias, composto pela alienação fiduciária de ações e pela cessão fiduciária de recebíveis.

Descrição dos ativos



A Claro é a segunda maior operadora de telecomunicações integrada do Brasil, com atuação em todo o território nacional. É líder no segmento de banda larga fixa, com 19,7% de market share e vice-líder no segmento de telefonia móvel, com 33,1% de market share, segundo dados da Anatel de dezembro de 2025. Com uma marca amplamente reconhecida e um modelo de negócios verticalizado, a Companhia também lidera nos segmentos de TV por assinatura e telefonia fixa. Também atua com exploração de capacidade satelital, streaming, serviços de valor adicionado – SVA, *call center*, comercialização e locação de equipamentos, e atividades de instituição de pagamentos. Atualmente possui 110,3 milhões de acessos, sendo 89,5 milhões em telefonia móvel, 10,6 milhões em banda larga fixa, 6,1 milhões de telefonia fixa e 4,1 milhões de TV por assinatura. A Companhia é controlada pela América Móvil, empresa sediada no México, que se posiciona como a maior operadora de telecomunicações da América Latina e uma das maiores do mundo, com presença em 23 países. Com receita consolidada aproximada de US\$ 47 bilhões nos 12 meses encerrados em setembro de 2025, as operações do Brasil representaram 21% do EBITDA consolidado da América Móvil, atrás apenas do México, com 39%. A operação possui rating AAA pela Moody's.



A Ultrafertil é uma empresa focada na operação de terminais portuários e soluções logísticas, sendo uma subsidiária majoritária da VLI. A emissão possui rating AAA pela Fitch e fiança da VLI. A VLI opera as ferrovias Norte Sul (FNS) e Centro-Atlântica (FCA), além de terminais integradores, que unem o carregamento e o descarregamento de produtos ao transporte ferroviário, e a operação em terminais portuários situados em eixos estratégicos da costa brasileira, tais como Santos (SP), São Luís (MA), Barra dos Coqueiros (SE), São Gonçalo do Amarante (CE) e Vitória (ES). Seus principais volumes compreendem produtos agropecuários, siderúrgicos e industriais. Seu capital está distribuído, principalmente, entre a Vale (29,6%); a Brookfield (35,5%); a Mitsui (10%); o FI-FGTS (15,9%) e o BNDES (8%).



AXIA18

A Axia Energia (Ex.Eletróbrás), é a maior empresa de energia do Hemisfério Sul, sendo líder em geração e transmissão de energia elétrica no Brasil. Possui 82 usinas em operação, totalizando 44 GW de capacidade instalada, o equivalente a 17% da capacidade nacional. Na transmissão, opera 73,8 mil Km de linhas, que representam 37% do Sistema Interligado Nacional (SIN). A operação possui rating AAA pela S&P.



A São Simão é uma empresa de geração de energia elétrica que detém, até setembro de 2048, o direito de concessão da usina hidrelétrica de São Simão, localizada na divisa entre os estados de Minas Gerais e Goiás, entre os municípios de Santa Vitória (MG) e São Simão (GO). A usina opera com 6 turbinas e tem capacidade energética de 1.710 MW de potência instalada, suficiente para abastecer cerca de 6 milhões de residências. A área máxima inundada pelo reservatório é de 722 km². Sua barragem estende-se por 3.500 metros de comprimento e tem altura máxima de 127 metros. Seu lago é capaz de armazenar 2,54% do volume represável pelos reservatórios do Sistema Sudeste/Centro-Oeste, o que representa 6,7% do armazenamento de água do subsistema do rio Paranaíba. Da energia assegurada, a Companhia possui comercializado 1.202 MWm nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWm em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 306,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros. Em setembro de 2017, a concessão da usina foi adquirida em leilão e seus atuais acionistas são: SPIC Brasil, Zhejiang Energy International, ZLCFB-Hong Kong International Investment Cooperation e CPD Energy Investment Co. Possui rating AA+ pela S&P.

Descrição dos ativos

**CSRNA4**

A Cosern detém a concessão para distribuição de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Norte, composto de 167 municípios potiguares em uma área total de 52.811 km. Faz parte do portfólio de ativos da Neoenergia, uma companhia integrada de energia que atua nos segmentos de distribuição, transmissão, geração e comercialização. Exerce suas atividades em 18 estados e no Distrito Federal, com forte presença na Região Nordeste. No segmento de distribuição, é o maior player do segmento no Brasil em número de consumidores, levando energia para mais de 37 milhões de pessoas via 5 distribuidoras. No segmento de transmissão, entre ativos em operação e em construção, a Companhia possui um portfólio de 18 ativos (8,4 mil km de linhas e 26 subestações). No segmento de geração, tem capacidade instalada de 4,5 GW, sendo 2,2 GW em hidrelétricas, 1,6 GW em eólicas, 0,1 GW em parques solares e 0,6 GW em térmicas. A operação possui fiança da Neoenergia e rating AAA pela S&P.

**EKTRA8**

A Elektro é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica que atende 228 municípios, sendo 223 em São Paulo e 5 no Mato Grosso do Sul. Faz parte do portfólio de ativos da Neoenergia, uma companhia integrada de energia que atua nos segmentos de distribuição, transmissão, geração e comercialização. Exerce suas atividades em 18 estados e no Distrito Federal, com forte presença na Região Nordeste. No segmento de distribuição, é o maior player do segmento no Brasil em número de consumidores, levando energia para mais de 37 milhões de pessoas via 5 distribuidoras. No segmento de transmissão, entre ativos em operação e em construção, a Companhia possui um portfólio de 18 ativos (8,4 mil km de linhas e 26 subestações). No segmento de geração, tem capacidade instalada de 4,5 GW, sendo 2,2 GW em hidrelétricas, 1,6 GW em eólicas, 0,1 GW em parques solares e 0,6 GW em térmicas. A operação possui fiança da Neoenergia e rating AAA pela S&P.

**CEEBE3**

A Coelba detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia, e dos municípios de Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Dianópolis no Estado de Tocantins, abrangendo uma área de concessão de 567 mil km². Faz parte do portfólio de ativos da Neoenergia, uma companhia integrada de energia que atua nos segmentos de distribuição, transmissão, geração e comercialização. Exerce suas atividades em 18 estados e no Distrito Federal, com forte presença na Região Nordeste. No segmento de distribuição, é o maior player do segmento no Brasil em número de consumidores, levando energia para mais de 37 milhões de pessoas via 5 distribuidoras. No segmento de transmissão, entre ativos em operação e em construção, a Companhia possui um portfólio de 18 ativos (8,4 mil km de linhas e 26 subestações). No segmento de geração, tem capacidade instalada de 4,5 GW, sendo 2,2 GW em hidrelétricas, 1,6 GW em eólicas, 0,1 GW em parques solares e 0,6 GW em térmicas. A operação possui fiança da Neoenergia e rating AAA pela S&P.

**CEPEA8**

A Neoenergia Pernambuco detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 184 municípios do estado de Pernambuco, a totalidade do estado, além do Distrito de Fernando de Noronha e do município de Pedras de Fogo no Estado da Paraíba (PB), abrangendo uma área de concessão de 98,5 mil km². Faz parte do portfólio de ativos da Neoenergia, uma companhia integrada de energia que atua nos segmentos de distribuição, transmissão, geração e comercialização. Exerce suas atividades em 18 estados e no Distrito Federal, com forte presença na Região Nordeste. No segmento de distribuição, é o maior player do segmento no Brasil em número de consumidores, levando energia para mais de 37 milhões de pessoas via 5 distribuidoras. No segmento de transmissão, entre ativos em operação e em construção, a Companhia possui um portfólio de 18 ativos (8,4 mil km de linhas e 26 subestações). No segmento de geração, tem capacidade instalada de 4,5 GW, sendo 2,2 GW em hidrelétricas, 1,6 GW em eólicas, 0,1 GW em parques solares e 0,6 GW em térmicas. A operação possui fiança da Neoenergia e rating AAA pela S&P.

Descrição dos ativos



Fundada em 1997, a Desktop é uma empresa provedora de serviços de internet via fibra ótica, operando somente no estado de São Paulo com uma rede instalada de extensão total de aproximadamente 58 mil quilômetros. A empresa atua em 200 cidades e, em 31 de dezembro de 2025, possuía uma base com mais de 1,2 milhão de clientes, sendo a maior ISP do estado de São Paulo. A Desktop é atualmente controlada pelo fundo de *private equity* HIG, que detém 53% de participação acionária e o restante das ações encontrava-se detido por outros acionistas, incluindo o fundador Denio Alves Lindo (14,8%), outros administradores (2,2%) e ações em livre circulação (30%). Possui rating A+ pela S&P.



A Usina Termelétrica de Cuiabá é a primeira usina termelétrica em operação em Mato Grosso, inaugurada em 2002. Em 2024, firmou um contrato de receita fixa pela disponibilidade de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão por ano, com vencimento em 2031. A emissão é lastreada em recebíveis deste contrato de energia, firmado com a União Federal e Aneel e com pagamentos via CCEE, relativos à receita de janeiro a dezembro de 2027. O risco de receita é mitigado por indenização da J&F se os fluxos da CCEE ficarem abaixo do mínimo estabelecido em contrato. Possui rating AAA pela Fitch.



A Axia Energia Norte (Ex. Eletronorte) é um dos principais agentes de energia no Norte do país, operando usinas hidrelétricas, termelétricas e uma extensa rede de linhas de transmissão. É uma subsidiária da Axia Energia (Ex. Eletrobrás), a maior empresa de energia do Hemisfério Sul, sendo líder em geração e transmissão de energia elétrica no Brasil. Possui 82 usinas em operação, totalizando 44 GW de capacidade instalada, o equivalente a 17% da capacidade nacional. Na transmissão, opera 73,8 mil Km de linhas, que representam 37% do Sistema Interligado Nacional (SIN). A operação possui rating AAA pela S&P.



A CPFL Santa Cruz é a distribuidora de energia de 45 municípios, sendo 39 no interior do Estado de São Paulo, 3 no norte do Estado do Paraná e 3 no sul do Estado de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 525 mil consumidores, entre os principais municípios estão Itapetininga, Jaguariúna, Mococa, Ourinhos e São José do Rio Pardo. O contrato de concessão é válido até 07 de julho de 2045. A Companhia faz parte do portfólio de ativos da CPFL Energia, grupo com atuação em todos os segmentos do setor de energia elétrica (distribuição, geração, transmissão, serviços e comercialização) e com atuação em todas as regiões do país, sendo a segunda maior distribuidora em volume de energia vendida, com 14% de participação no mercado nacional, atendendo cerca de 10,3 milhões de clientes em 687 municípios. Possui rating AAA pela Fitch.

Descrição dos ativos



GSTS14

A Águas de Teresina é responsável por prestar os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário outorgados na área urbana no município de Teresina - PI, pelo prazo de 30 anos, prorrogável por igual exercício, válidos a partir de março de 2017. Tem como acionista controlador a AEGEA, maior empresa privada de saneamento privado do país. A operação possui rating AA- pela Fitch.



RUMOA3

A Rumo é a maior operadora ferroviária do país, com aproximadamente 13.500 Km de linhas ferroviárias, 1.200 locomotivas e 33.000 vagões e atuando nas regiões centro-oeste, sul, sudeste e norte, onde quatro dos portos mais ativos do país estão localizados e através dos quais a maior parte da produção de grãos do Brasil é exportada. A Companhia atua principalmente na operação, manutenção, expansão e modernização de malhas ferroviárias concedidas, além da prestação de serviços logísticos associados ao transporte de cargas, incluindo atividades intermodais, gestão de terminais logísticos e operações de transbordo ferroviário. Possui rating AAA pela Fitch.



Contato

ri@interasset.com.br

Site

www.interasset.com.br

Acompanhe a Inter Asset

[Clique Aqui](#)

Disclaimer

Pretende-se com este material apenas divulgar informações e dar transparência à gestão executada pela Inter Asset Gestão de Recursos Ltda. não significando oferta de compra ou venda de cotas do fundo. As informações contidas nesse material estão em consonância com o regulamento, porém não o substituem. Leia o prospecto e o regulamento antes de investir, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo, bem como das disposições acerca dos fatores de risco a que o fundo está exposto. Antes de tomar uma decisão de investimento de recursos no fundo, os investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar, cuidadosamente, todas as informações disponíveis no prospecto e no regulamento do fundo. O mercado secundário para negociação de cotas de fundos de investimento de infraestrutura listado pode apresentar baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das cotas que permita aos cotistas sua alienação, caso estes decidam pelo desinvestimento. Dessa forma, os cotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das suas cotas no mercado secundário, ou obter preços reduzidos na venda de suas cotas. Adicionalmente, os fundos de investimento de infraestrutura listados são constituídos sob a forma de condomínio fechado, não admitindo o resgate a qualquer tempo de suas cotas. O investimento do fundo de investimento de que trata este material apresenta riscos para o investidor. Ainda que a instituição administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo e para o investidor. O fundo de investimento de que trata este material não conta com garantia da instituição administradora, do gestor, do custodiante, de quaisquer outros terceiros, de mecanismos de seguro ou fundo garantidores de crédito - FGC. A rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo poderão ser obtidos com o Administrador e o Gestor, através dos e-mails: ri.fii@interdtvm.com.br e ri@interasset.com.br

